

À
**Comissão Parlamentar do
Trabalho, Segurança Social e
Inclusão**

Lisboa, 12 de junho de 2024

n/refª. NV-Dir

ASSUNTO: Pedido de audiência

Exmos. Srs.

Em face da falta de vergonha, decoro, respeito e sensibilidade da generalidade dos representantes do setor bancário em Portugal, vêm os cinco sindicatos signatários solicitar, com carácter de urgência, uma reunião com V/ Excelência para que lhe possamos transmitir a gravidade dos factos e a imoralidade das atitudes que têm vindo a caracterizar a forma de atuar deste setor de atividade.

Não fora a fulcral e decisiva importância para a estabilidade económica e financeira do país que este setor assume e estamos certos, pouca ou nenhuma relevância teriam as preocupações, queixas e denúncias que estes sindicatos se sentem na obrigação patriótica de fazer.

Desde logo é inaceitável a forma como os trabalhadores bancários são hoje tratados, ao mesmo tempo em que os bancos apresentam lucros cada vez maiores de ano para ano. Estes trabalhadores, no ativo e reformados, perdem todos os anos poder de compra, dado que os aumentos são sempre inferiores ao IPC; as horas extraordinárias, em regra, não são pagas; os objetivos propostos aos trabalhadores são irrealistas e insuscetíveis de serem cumpridos; e as pressões, ilegítimas, que sobre os mesmos são feitas ferem e ofendem a dignidade dos trabalhadores, ferem e ofendem a legislação laboral e ferem e ofendem o bom nome dos empresários e das empresas que, com muito sacrifício e bem menos lucros do que os bancos, cumprem e respeitam os trabalhadores e a lei do Trabalho em Portugal.

A título de exemplo, refira-se que, apesar dos enormes lucros recentemente anunciados, a proposta de aumentos salariais da banca para 2024 não cobre, sequer, a inflação registada em 2023 e muito menos compensa o poder de compra perdido ou reflete os ganhos de produtividade. Os bancários carecem de salários e pensões dignas e merecem-nas.

Não são só os problemas relacionados com pagamentos que preocupam os representantes dos trabalhadores da banca. Existe hoje em Portugal um problema grave e que requer medidas urgentes por parte de quem tem a competência legislativa e que diz respeito às consequências psicológicas que o *bullying* e o assédio implicam para quem é vítima deste tipo de comportamento. Urge alertar e sensibilizar, e urge apresentar respostas para um problema que se agrava todos os dias.

A forma leviana e quase sem controlo com que se permite que a banca despeça trabalhadores, recorrendo a fórmulas legais e a institutos jurídicos como o despedimento coletivo ou a extinção do posto de trabalho, carece de um olhar atento dos nossos representantes políticos e de uma intervenção urgente dos detentores do poder legislativo.

E diga-se, em abono da verdade, que não são apenas os bancários que se queixam, pois as atitudes da banca também se refletem na falta de qualidade do serviço prestado e nos índices de satisfação dos clientes que, em face dos balcões encerrados e do número de trabalhadores despedidos, se veem forçados, ao deslocarem-se aos balcões, a suportar longas e penosas filas de espera. Ou no pagamento das comissões bancárias cada vez mais elevadas, tendo como contrapartida serviços mínimos.

Para ultrapassar estes momentos difíceis, numa democracia madura e consolidada como cremos ser a portuguesa, os sacrifícios podem e devem ser partilhados por todos, não podemos continuar a assistir em silêncio a que tudo seja permitido a quem mais pode e que tudo seja exigido a quem menos pode.

Numa atitude só ao alcance de quem se sente impune, a banca, arrogantemente intransigente, bloqueia a negociação com os sindicatos, insistindo em propostas imorais e injustas para depois, unilateralmente, avançar com aumentos por ato de gestão.

Em nome dos trabalhadores bancários portugueses, de forma a procurarmos ajuda para melhorar o setor bancário e as condições laborais dos milhares de trabalhadores que, ainda, aí desempenham funções, solicitamos a V. Excelências a marcação de uma reunião com a máxima brevidade possível, de forma a permitir-nos expor, no mais curto período de tempo, com clareza e precisão, os diversos problemas graves que afetam os trabalhadores do setor bancário.

As Direções

Maria da Costa Joana

